

DANIELE CHAVES TEIXEIRA  
*Coordenadora*



*Prefácio*  
Gustavo Tepedino

# ARQUITETURA DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

TOMO II

1ª reimpressão

Belo Horizonte

**FÒRUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

© 2021 Editora Fórum Ltda.  
2021 1ª reimpressão.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

**FÓRUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aíne Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
[www.editoraforum.com.br](http://www.editoraforum.com.br) – [editoraforum@editoraforum.com.br](mailto:editoraforum@editoraforum.com.br)

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

AR772 Arquitetura do Planejamento Sucessório/ Daniele Chaves Teixeira (Coord.).  
1. Reimpressão – Belo Horizonte: Fórum, 2021.  
735 p.; 17x24cm

ISBN: 978-65-5518-117-3 Tomo II

1. Direito Civil. 2. Direito de Família. 3. Direito Sucessório. I. Teixeira, Daniele Chaves. II. Título.

CDD 341  
CDU 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TEIXEIRA, Daniele Chaves (Coord.). *Arquitetura do Planejamento Sucessório*. 1. Reimpr. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 735 p. Tomo II. ISBN 978-65-5518-117-3.

347.66 (85)  
A772 P  
v.2

## SUMÁRIO

## PREFÁCIO

<b>Gustavo Tepedino</b> .....	21
-------------------------------	----

APRESENTAÇÃO.....	23
-------------------	----

## PARTE I

## DIREITO DAS SUCESSÕES: NOVAS PERSPECTIVAS E DIREITOS CORRELATOS

## QUALIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DA LEGÍTIMA: CRITÉRIOS PARA PARTILHA DE BENS

<b>Alexandre Miranda Oliveira, Ana Carolina Brochado Teixeira</b> .....	27
1 Introdução .....	27
2 Igualdade na filiação e autonomia sucessória .....	29
3 Pessoa e patrimônio: um vínculo para além da titularidade.....	30
4 Interpretação qualitativa da partilha sucessória para um planejamento eficiente....	34
5 Considerações finais .....	37
Referências.....	38

## A LEGÍTIMA E O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO: ENTRE O ANTES E O DEPOIS, O INADIÁVEL AGORA

<b>Caio Ribeiro Pires</b> .....	41
1 Introdução .....	41
2 O instituto da reserva hereditária na atualidade: uma breve síntese das críticas doutrinárias.....	42
2.1 Inadequação social e jurídica das normas de sucessão reservatária.....	43
2.2 Uma nova estrutura para uma renovada função: propostas para o <i>quem</i> deve ser herdeiro necessário e para o <i>que</i> ele deve receber .....	47
3 Planejamento sucessório, respeito às normas cogentes e legítima: uma proposta dirigida ao intérprete .....	50
3.1 Algumas ponderações da dogmática da redução de liberalidades inoficiosas à constitucionalidade da sucessão reservatária .....	51
3.2 A intangibilidade da legítima e o perigo da subversão hermenêutica: critérios para superação do conflito entre interesses dos herdeiros necessários. ....	60
4 Considerações finais .....	67
Referências.....	67

## CONVENÇÕES PROCESSUAIS COMO INSTRUMENTOS PARA O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

<b>Daniele Chaves Teixeira, Caroline Pomjé</b> .....	71
1 Considerações introdutórias.....	71
2 Aspectos do direito sucessório brasileiro.....	71
3 Convenções processuais e sucessões: aproximações.....	75
3.1 Notas sobre as convenções processuais.....	76
3.2 Convenções processuais como instrumentos de planejamento sucessório e de racionalização do procedimento de inventário.....	77
4 Considerações finais.....	82
Referências.....	82

## “LIBERDADE! LIBERDADE! ABRE AS ASAS SOBRE NÓS”: UMA ANÁLISE SOBRE O STATUS JURÍDICO DO COMPANHEIRO APÓS A DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 1.790 DO CÓDIGO CIVIL

<b>Conrado Paulino da Rosa</b> .....	85
1 Introdução.....	85
2 A trajetória dos direitos sucessórios entre os conviventes.....	85
3 A sucessão do companheiro após a declaração de inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil.....	88
4 O companheiro como herdeiro necessário?.....	90
5 Conclusão.....	94
Referências.....	94

## PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E A ISENÇÃO DO ITCMD

<b>Daniel Bucar</b> .....	97
1 Introdução.....	97
2 Isenção, isonomia e odiosidade.....	98
3 Isenção do imposto de transmissão <i>causa mortis</i> à luz da teoria do patrimônio.....	99
4 A escolha do estado tributante ( <i>tax shopping</i> ).....	102
5 Hipóteses de isenção.....	103
5.1 Em razão do valor do monte ou em função do quinhão.....	104
5.2 Imóvel.....	105
5.2.1 Imóvel urbano.....	106
5.2.2 Imóvel urbano ou rural.....	107
5.2.3 Imóvel rural.....	109
5.3 Utensílios pessoais.....	110
5.4 Depósitos em instituições financeiras.....	111
5.5 Verbas remuneratórias não recebidas em vida.....	111
5.5.1 A hipótese específica da previdência privada.....	112
5.6 Combatentes da Segunda Guerra Mundial.....	113
5.7 Hipóteses excêntricas de isenção.....	114
5.8 O caso de Alagoas.....	115



6	Conclusão .....	115
	Referências.....	116

## SUCESSÃO INTERNACIONAL COM ATIVOS NO EXTERIOR NA PERSPECTIVA DO DIREITO BRASILEIRO

<b>Daniele Chaves Teixeira</b> .....	119	
1	Considerações iniciais.....	119
2	Direito sucessório brasileiro em descompasso com a sociedade contemporânea.....	120
3	Sucessão no Brasil com bens no exterior .....	122
4	Considerações finais .....	128
	Referências.....	129

## A IMPRESCINDÍVEL ANÁLISE JURÍDICA DAS RELAÇÕES FAMILIARES E AS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS AO DIREITO DE FAMÍLIA COMO PRESSUPOSTOS DE UM PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO EFICIENTE

<b>Eleonora G. Saltão de Q. Mattos, Silvia Felipe Marzagão</b> .....	131	
1	Introdução: a realidade social em que se operam os planejamentos e o diagnóstico da estrutura familiar do planejador.....	131
2	Organização das relações afetivas/de conjugalidade e seus desdobramentos patrimoniais .....	132
2.1	A separação de fato não formalizada .....	132
2.2	Regime de bens do planejador não adequado às sugestões propostas.....	135
2.3	A união estável não reconhecida .....	138
2.4	A entidade familiar do planejador com mais de 70 anos.....	140
2.5	O namoro duradouro, público e contínuo.....	141
3	Organização das relações de parentalidade e seus desdobramentos patrimoniais ..	143
3.1	Regularização de situações de filiação seja biológica, seja socioafetiva.....	143
4	Considerações finais .....	145
	Referências.....	146

## A TUTELA COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO SUCESSÓRIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

<b>Elisa Costa Cruz</b> .....	147	
1	Introdução.....	147
2	Visão geral sobre tutela .....	148
3	O instituto da tutela e o planejamento sucessório.....	151
4	Considerações finais .....	157
	Referências.....	158

## PARA NOVOS BENS, UM NOVO DIREITO SUCESSÓRIO

<b>Everilda Brandão Guilhermino</b> .....	161	
1	Uma nova dimensão do pertencimento.....	161
2	Novos bens a serem reconhecidos pelo direito sucessório .....	162

3	Uma sucessão para os bens digitais: direito de acesso, portabilidade e designação de gestor da vida digital do falecido como alternativas à transmissão de titularidade.....	164
4	É possível um planejamento sucessório de bens digitais?.....	170
5	Podemos falar em uma sucessão para bens difusos?.....	171
	Referências.....	174

## O INSTITUTO DO REGIME DE BENS E A SUA INFLUÊNCIA NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

	<b>Fabiana Domingues Cardoso, Viviane Girardi.....</b>	<b>175</b>
1	Introdução.....	175
2	Breves notas a respeito do instituto do regime de bens .....	176
3	O instituto do regime de bens no direito brasileiro .....	178
3.1	O regime legal supletivo da comunhão parcial de bens .....	179
3.2	Regime legal da separação obrigatória de bens.....	181
3.3	O regime legal da comunhão universal de bens.....	183
3.4	O regime legal da separação de bens.....	183
3.5	O regime legal da comunicação final dos aquestos .....	184
4	A escolha do regime e a sua influência no planejamento sucessório.....	185
5	O pacto antenupcial e o contrato de união estável: ferramentas indispensáveis ao planejamento da sucessão.....	187
6	Algumas questões polêmicas que impõem atenção para o planejamento sucessório .....	189
6.1	A condição de herdeiro necessário do convivente e a possibilidade de renúncia do direito de concorrência sucessória.....	190
6.2	A retroatividade dos efeitos do contrato de união estável e a lei aplicável no tempo .....	192
6.3	A aplicação da lei vigente ao ato de aquisição para apuração do patrimônio na união estável .....	194
6.4	A validade e eficácia do pacto antenupcial quando elaborado na constância da união estável .....	195
6	Conclusão.....	196
	Referências.....	196

## FAMÍLIA MOSAICO: DESAFIOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

	<b>Fernanda Leão Barretto, Filipe de Campos Garbelotto, Rosany Nunes de Mello Nascimento.....</b>	<b>199</b>
1	Introdução .....	199
2	Família mosaico: conceito e efeitos jurídicos .....	200
3	Lineamentos sobre planejamento sucessório.....	202
4	Dos instrumentos de planejamento no âmbito do planejamento sucessório.....	205
4.1	<i>Holdings</i> .....	206
4.1.1	Aspectos gerais.....	206
4.1.2	Aplicabilidade de <i>holdings</i> no âmbito dos núcleos familiares mosaico.....	208

4.2	Planos de previdência privada.....	210
4.2.1	Considerações gerais .....	210
4.2.2	Aplicabilidade da previdência privada como instrumento de planejamento no âmbito dos núcleos familiares mosaico .....	211
5	Conclusões .....	212
	Referências.....	212

## MEDIAÇÃO EM CONFLITOS SUCESSÓRIOS: POSSIBILIDADES ANTES, DURANTE E DEPOIS DA ABERTURA DA SUCESSÃO

<b>Fernanda Tartuce, Débora Brandão</b> .....	215
1 Relevância do tema.....	215
2 Dificuldades decorrentes do luto.....	216
3 Potencial contribuição da mediação em conflitos sucessórios .....	218
4 A mediação como instrumento para o planejamento sucessório: aplicação preventiva ao conflito sobre conteúdo patrimonial e extrapatrimonial.....	220
5 A mediação como instrumento para pacificação nas disputas sucessórias instaladas.....	224
6 Conclusões .....	225
Referências.....	226

## FUNDAMENTOS DO DIREITO DAS SUCESSÕES EM OUTROS SISTEMAS E NO BRASIL

<b>Flávio Tartuce</b> .....	229
1 Esboço da pesquisa e suas razões.....	229
2 Os fundamentos da sucessão em Portugal. A propriedade privada como norte.....	231
3 O direito civil italiano e a solidariedade familiar .....	235
4 Direito peruano. A legítima e a fundamentação sucessória na ordem econômica, na propriedade e na família.....	237
5 As sucessões no Chile. Vínculos familiares, patrimônio e as contestações à legítima, diante das recentes mudanças sociais e econômicas. A concentração das rendas e de riquezas .....	240
6 A gênese do direito das sucessões no Brasil. Direito de família e propriedade. Uma necessária sincronização ou alinhamento.....	243
Conclusões .....	246
Referências.....	247

## O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO NO CONCUBINATO

<b>Luciana Brasileiro, Maria Rita de Holanda</b> .....	249
I Introdução .....	249
II O atual contexto do concubinato .....	250
III A filiação extramatrimonial e a superação da desigualdade.....	254
IV Críticas às vedações legais e soluções para o planejamento sucessório.....	255
V Conclusões .....	260
Referências.....	260

## O PLANEJAMENTO PARA O FIM DE VIDA COMO ALIADO AO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

<b>Luciana Dadalto</b> .....	263
1 Humanidade, finitude e o medo da morte .....	263
2 Planejamento de cuidados para o fim de vida .....	264
2.1 Diretivas antecipadas de vontade .....	265
2.1.1 Testamento vital .....	266
2.1.2 Procuração para cuidados de saúde .....	269
2.1.3 Ordens de não reanimação .....	271
2.1.4 Diretivas antecipadas para demência .....	272
2.2 POLST .....	273
3 Planejamento para o fim de vida e planejamento sucessório: um encontro necessário .....	273
4 Considerações finais .....	274
Referências .....	274

## AÇÕES TESTAMENTÁRIAS E O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

<b>Marco Antonio Rodrigues, Davi Amaral Hibner</b> .....	277
1 Introdução: o testamento no contexto do planejamento sucessório .....	277
2 Ações de cumprimento do testamento .....	280
2.1 Ação de abertura e cumprimento de testamento cerrado .....	281
2.2 Ação de cumprimento de testamento público .....	285
2.3 Ação de publicação e cumprimento de testamento particular .....	286
3 Ação de ineficácia ou de redução das disposições testamentárias ( <i>actio in rem scripta</i> ) .....	289
4 Ação de invalidação de testamento: nulidade e anulabilidade .....	291
5 Conclusão .....	293
Referências .....	294

## PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO NA PERSPECTIVA DO ADVOGADO

<b>Marcos Ehrhardt Jr.</b> .....	297
Introdução .....	297
1 Afinal, em que consiste o planejamento sucessório? .....	298
2 Qual o momento ideal para se realizar o planejamento sucessório? .....	299
3 Por onde começar? .....	300
4 Quem é o titular dos bens e o que ele pretende? .....	301
5 Os desafios do efetivo processamento das medidas de planejamento .....	304
Considerações finais e os novos desafios para o enfrentamento do tema .....	305
Referências .....	307

## REPERCUSSÃO DO REGIME DE BENS NO CONTEXTO SUCESSÓRIO: A DETERMINAÇÃO DA LEI APLICÁVEL AOS EFEITOS PATRIMONIAIS DO CASAMENTO

<b>Nadia de Araujo, Lidia Spitz, Carolina Noronha</b> .....	309
---	-----

	Introdução .....	309
I	Panorama do regime de bens do casamento no direito brasileiro .....	311
II	A determinação da lei aplicável ao regime de bens .....	314
III	A lei aplicável ao regime de bens quando o casamento é celebrado no Brasil, sob a perspectiva do direito brasileiro .....	316
IV	A lei aplicável ao regime de bens quando o casamento é celebrado no exterior, sob a perspectiva do direito brasileiro .....	318
V	Alguns impactos do regime de bens no contexto sucessório .....	321
	Conclusão .....	323
	Referências.....	324

## PARTE II MOMENTOS PATOLÓGICOS

### A SIMULAÇÃO NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

	<b>Antonio dos Reis Júnior</b> .....	329
1	Introdução .....	329
2	A simulação na ordem civil .....	330
3	A intangibilidade da legítima.....	334
4	A simulação sobre doação de ascendente para descendente.....	336
5	A vedação ao pacto sucessório .....	342
6	Notas conclusivas.....	346
	Referências.....	348

### APLICAÇÕES DA DISCIPLINA DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

	<b>Eduardo Nunes de Souza, Rodrigo da Guia Silva</b> .....	351
1	Introdução .....	351
2	A curiosa invocação da vedação ao enriquecimento como fundamento de entendimentos contrapostos em matéria de colação .....	353
3	Lucros ou rendimentos auferidos a partir de doações inoficiosas: perspectivas de deflagração de pretensões de restituição do enriquecimento sem causa .....	360
4	Conclusão .....	364
	Referências.....	365

### ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO: A ESCOLHA DE ALGUMAS VEREDAS PODE NÃO LEVAR À TERRA PROMETIDA

	<b>João Ricardo Brandão Aguirre</b> .....	369
1	O espaço de liberdade jurígena e os planos sucessórios .....	369
2	A natureza jurídica do pacto antenupcial ou o libelo contra o “tudo-pode” nas disposições pré-nupciais .....	371
3	Disposições sobre direitos sucessórios em pactos antenupciais: singrando as lindes da validade .....	374
4	Considerações finais .....	380
	Referências.....	381

OS MECANISMOS EXISTENTES PARA O COMBATE À FRAUDE PATRIMONIAL  
SEJAM NO DIVÓRCIO, NA DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL, COMO EM  
DECORRÊNCIA DA MORTE

<b>Marina Pacheco Cardoso Dinamarco</b> .....	383
1 Introdução .....	383
2 Partilha de bens litigiosa .....	384
3 Tipos mais comuns de fraudes e o mau uso do planejamento sucessório .....	385
4 Instrumentos jurídicos de combate à desproporção dolosa da partilha de bens.....	390
5 Aplicação da pena de sonegados.....	393
6 Conclusão .....	398
Referências.....	400

TERCEIROS DE BOA-FÉ, SOCIEDADE E PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

<b>Micaela Barros Barcelos Fernandes</b> .....	403
Introdução.....	403
1 Planejamento sucessório sob o ponto de vista da pessoa natural e planejamento sucessório da sociedade .....	404
2 Risco de perda patrimonial afeta não apenas herdeiros, mas a sociedade e os sócios remanescentes .....	406
3 Os atos constitutivos e os pactos parassociais como instrumento de planejamento sucessório nas sociedades .....	410
3.1 O planejamento sucessório por falecimento de sócio na sociedade limitada: o contrato social e o acordo de quotistas .....	411
3.2 O planejamento sucessório por falecimento do sócio nas sociedades anônimas: o acordo de acionistas e, nas companhias fechadas, a limitação estatutária .....	415
4 Instrumentos auxiliares: os protocolos familiares e os memorandos de entendimentos .....	419
Considerações finais .....	420
Referências.....	422

PARTE III

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

MECANISMOS PARA O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO DE DIREITOS AUTORAIS

<b>Ana Frazão, Angelo Prata de Carvalho</b> .....	427
I Introdução.....	427
II Desafios da sucessão hereditária de direitos autorais .....	428
III Conflitos atinentes ao regime sucessório dos direitos autorais.....	432
IV Possíveis soluções de planejamento sucessório às incertezas e riscos relacionados à sucessão de direitos autorais .....	435
IV.1 Testamentos.....	436
IV.2 Criação de sociedades para a gestão dos direitos autorais .....	440
IV.3 Mecanismos alternativos de proteção aos direitos autorais na era digital.....	441
V Considerações finais .....	443
Referências.....	444

## OTESTAMENTO E SUA INSTRUMENTALIDADE NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO: LIMITES E POTENCIALIDADES

<b>Ana Luiza Maia Nevares</b> .....	447
1 O testamento como instrumento do planejamento sucessório: vantagens e desvantagens.....	447
2 Principais limites ao ato de testar .....	449
3 As potencialidades do testamento como instrumento do planejamento sucessório	452
3.1 Liberdade testamentária qualitativa.....	452
3.2 Conversão dos bens da herança.....	455
3.3 Cláusulas restritivas da propriedade .....	457
3.4 Proteção de herdeiros menores ou com deficiência pelo testamento.....	461
4 Conclusão.....	465

## BREVES REFLEXÕES SOBRE O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E O AGRONEGÓCIO

<b>Daniele Chaves Teixeira, Antonio Carmelo Zanette</b> .....	467
1 Notas introdutórias.....	467
2 Sucessão e planejamento sucessório.....	469
3 Considerações sobre o agronegócio .....	473
4 Conclusão .....	475
Referências.....	475

## PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E AUTORIDADE PARENTAL: A (DES)NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA A VENDA DE BENS MÓVEIS DE FILHOS MENORES

<b>Beatriz de Almeida Borges e Silva</b> .....	477
1 Introdução.....	477
2 O atual conteúdo patrimonial da autoridade parental.....	479
3 O art. 1.691 do Código Civil .....	482
4 Notas conclusivas.....	486
Referências.....	488

## A DOAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

<b>Camila Ferrão dos Santos, Carlos Nelson Konder</b> .....	491
1 Introdução.....	491
2 A qualificação da doação e seus efeitos sucessórios .....	493
2.1 A qualificação do contrato de doação <i>para fins sucessórios</i> .....	493
2.2 Doações indiretas, dissimuladas, mistas, onerosas e impuras .....	495
3 A doação inoficiosa e sua invalidade .....	498
3.1 Prazo para impugnar (existência ou não de prazo, termo inicial, simulação).....	498
3.2 Legitimidade para impugnar e consentimento do herdeiro prejudicado .....	501
4 Antecipação de herança por doação e colação dos valores.....	503
4.1 Cálculo do valor do bem colacionado (direito intertemporal).....	503
4.2 Doações sucessivas e o momento da liberalidade para o cálculo .....	505
5 Considerações finais .....	507
Referências.....	508

## UM NOVO FIDEICOMISSO: PROPOSTA DE TRANSFORMAÇÃO DO INSTITUTO EM PROL DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

<b>Cláudia Stein Vieira, Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka</b> .....	511
1 Introdução .....	511
2 Planejamento sucessório e as (im)possibilidades do direito brasileiro .....	512
3 O fideicomisso .....	514
3.1 A origem histórica do instituto .....	514
3.2 O fideicomisso no Brasil e sua progressiva involução .....	516
3.3 Feições do fideicomisso no ordenamento jurídico brasileiro .....	517
4 O <i>trust</i> e a progressiva convergência dos sistemas jurídicos .....	518
4.1 O desenvolvimento do <i>trust</i> na Inglaterra .....	519
4.2 A singularidade do <i>trust</i> em comparação a institutos previstos no ordenamento brasileiro .....	519
4.3 O <i>trust</i> em sistemas de <i>Civil Law</i> : as propostas da França e da Argentina .....	521
5 Nossa proposta de reformulação do fideicomisso .....	522
6 Notas conclusivas.....	524
Referências.....	524

## REASSIGNIFICANDO O FIDEICOMISSO PARA O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

<b>Daniela de Carvalho Mucilo</b> .....	527
I Notas introdutórias .....	527
II O contexto histórico do fideicomisso .....	529
III A aplicação limitada do fideicomisso no Código Civil de 2002 .....	530
IV O fideicomisso como modelo de autorregulamentação sucessória com vistas à proteção do vulnerável .....	532
V Considerações finais .....	537
Referências.....	538

## PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E O DIREITO IMOBILIÁRIO: IMÓVEIS, HERANÇA E DÍVIDA DE CONDOMÍNIO

<b>Gabriel Schulman, Andre Luiz Arnt Ramos</b> .....	539
Introdução .....	539
1 A transmissão da dívida condominial aos herdeiros e a força da herança .....	541
2 Uso exclusivo do bem pelo herdeiro e responsabilidade pelo débito condominial..	544
3 Doação com reserva de usufruto .....	547
Conclusão.....	550

## A UTILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA VOLUNTÁRIO NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

<b>Luana Maniero Moreira</b> .....	553
1 Introdução .....	553
2 Bem de família no Brasil.....	554
3 Regime jurídico “especial” .....	556



4	Bem de família e suas modalidades .....	557
5	Utilidade do bem de família e alternativa ao planejamento sucessório .....	563
6	Conclusão .....	564
	Referências.....	565

## A DESERDAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

	<b>Maici Barboza dos Santos Colombo</b> .....	567
1	Limitação à liberdade de testar: o princípio da intangibilidade da legítima e o planejamento sucessório .....	567
2	A deserdação como exceção ao princípio da intangibilidade da legítima.....	568
3	Perspectiva funcional da deserdação .....	570
4	Hipóteses de cabimento da deserdação.....	572
5	Da possibilidade jurídica da deserdação parcial.....	574
6	Eficácia da deserdação.....	576
7	Aspectos instrumentais da deserdação.....	579
8	Conclusão.....	581
	Referências.....	582

## AS CLÁUSULAS RESTRITIVAS DE PROPRIEDADE COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

	<b>Marcelo Truzzi Otero</b> .....	585
	Notas introdutórias.....	585
	A legítima do herdeiro necessário sob a perspectiva civil-constitucional.....	587
	As cláusulas restritivas de propriedade.....	588
	As cláusulas restritivas sobre a legítima do herdeiro necessário.....	593
	A justa causa na doação feita em antecipação da legítima.....	594
	Conclusão.....	597
	Referências.....	598

## PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E QUESTÕES EXISTENCIAIS: A REPRESENTAÇÃO MISTA COMO ALTERNATIVA AO TESTAMENTO VITAL

	<b>Maria Carla Moutinho Nery, Gustavo Henrique Baptista Andrade</b> .....	601
1	Introdução.....	601
2	O testamento vital .....	602
2.1	Historicidade e contextualização do tema.....	602
2.2	A relevância da manifestação de vontade.....	605
2.3	A inadequação da expressão “testamento vital” .....	605
2.4	A experiência internacional .....	607
2.5	Testamento vital: instituto do direito das sucessões? .....	610
3	A representação mista como possível alternativa menos burocrática.....	611
4	Conclusão .....	614
	Referências.....	615

## O PACTO SUCESSÓRIO COMO INSTRUMENTO DE PLANIFICAÇÃO DA HERANÇA

<b>Rafael Cândido da Silva</b> .....	619
1 Introdução .....	619
2 Tendências contemporâneas para o tema .....	620
3 Pactos sucessórios: classificação e crítica ao regime comum de nulidade .....	623
4 O pacto sucessório como instrumento de planificação da herança .....	625
5 Conclusão .....	630
Referências .....	631

## A VIVÊNCIA DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

<b>Renata Mei Hsu Guimarães, Alessandra Rugai Bastos, Arnaldo de Almeida Dotoli Junior, Marília Mello de Lima</b> .....	633
I Introdução .....	633
II A construção do Planejamento Sucessório (Renata Mei Hsu Guimarães).....	633
III O Planejamento Sucessório e os vínculos contratuais (Alessandra Rugai Bastos)....	639
IV Testamento: partilha ideal entre os herdeiros ou conferência específica de bens aos beneficiários da herança? (Marília Mello de Lima) .....	642
V Os desafios do Planejamento Sucessório em face do Direito de Família e dos regimes de bens (Arnaldo de Almeida Dotoli Junior).....	646
VI Horizontes largos e o cliente do mundo: domicílio e lei aplicável na sucessão internacional (Alessandra Rugai Bastos).....	653
VII Conclusão .....	656

## AUTONOMIA PRIVADA, PORTABILIDADE DE DADOS PESSOAIS E PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

<b>Sergio Marcos Carvalho de Ávila Negri, Maria Regina Detoni Cavalcanti Rigolon Korkmaz</b> .....	659
1 Introdução .....	659
2 Da autonomia privada ao controle informacional .....	660
3 O alcance do fenômeno sucessório: entre a (in)transmissibilidade do conteúdo digital e a tutela dos direitos da personalidade.....	663
4 A portabilidade de dados e o planejamento sucessório .....	666
4.1 Origem e finalidade da portabilidade.....	666
4.2 Limites e potencialidades do instituto para o planejamento sucessório na LGPD ...	667
4.3 Riscos da equiparação estrutural da portabilidade em vida com a <i>post mortem</i> .....	670
5 Considerações finais .....	671
Referências.....	672

CONTORNOS JURÍDICOS DA *HOLDING* FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

<b>Simone Tassinari Cardoso Fleischmann, Fernando René Graeff</b> .....	675
1 Introdução .....	675
2 Planejamento sucessório .....	677
3 <i>Holdings</i> familiar e suas vantagens .....	679

4	Espécies de <i>holding</i> familiar .....	682
5	Escolha do tipo societário .....	683
6	Constituição .....	686
7	Subscrição de quotas/ações e integralização do capital.....	688
8	Transferência das participações societárias aos sucessores conforme o seu momento.....	692
9	Aspectos relativos à operacionalidade da <i>holding</i> familiar .....	697
9.1	Mecanismos auxiliares de gestão, organização e solução de conflitos.....	697
9.2	Processo decisório.....	699
9.3	Aspectos tributários da operação.....	700
10	Circulação de quotas/ações pelos sucessores.....	702
11	Extinção da participação societária .....	704
12	Utilização equivocada da <i>holding</i> familiar.....	706
13	Conclusões .....	710
	Referências.....	711

#### DIREITO DAS SUCESSÕES E PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO: O PROBLEMA DA LIQUIDEZ

	<b>Yves Lima Nascimento, Rodrigo da Mata</b> .....	713
1	Introdução.....	713
2	Reflexões sobre a liquidez do patrimônio imobiliário.....	714
3	A impositiva figura do inventário como um dos principais motivos do planejamento sucessório .....	715
3.1	Aspectos gerais do inventário judicial .....	716
3.2	O inventário extrajudicial: o remédio para alguns dos males.....	719
4	Utilização econômica de bens imóveis no curso do inventário.....	721
5	Organização patrimonial e o planejamento sucessório .....	723
6	Conclusão .....	726
	Referências.....	726
	<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	729

DANIELE CHAVES TEIXEIRA

*Coordenadora*

Prefácio

*Rolf Madaleno*

ARQUITETURA DO  
PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Tomo III

Belo Horizonte

**FÓRUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2022

© 2022 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

## Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Avres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

**FÓRUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

T266a	<p>Teixeira, Daniele Chaves Arquitetura do planejamento sucessório / Daniele Chaves Teixeira (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2022. 670p. : il. ; 17cm x 24cm</p> <p>Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-291-0 Tomo III</p> <p>1. Direito civil. 2. Direito de família. 3. Direito sucessório. 4. Contabilidade. 5. Direito empresarial. I. Título.</p>	CDD: 347 CDU: 347
2021-3784		

Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TEIXEIRA, Daniele Chaves (Coord.). *Arquitetura do Planejamento Sucessório*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 670 p. Tomo III. ISBN 978-65-5518-291-0.

## SUMÁRIO

---

 PREFÁCIO

<b>Rolf Madaleno</b> .....	21
----------------------------	----

## APRESENTAÇÃO

<b>Daniele Chaves Teixeira</b> .....	23
--------------------------------------	----

## PARTE I

## DIREITO DAS SUCESSÕES: NOVAS PERSPECTIVAS E DIREITOS CORRELATOS

## PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E GÊNERO: ALGUMAS REFLEXÕES

<b>Daniele Chaves Teixeira, André Luiz Arnt Ramos</b> .....	27
1 Introdução.....	27
2 Direito sucessório na sociedade contemporânea .....	29
3 Gênero e planejamento sucessório .....	30
4 Conclusão.....	36
Referências .....	36

## CAMINHOS PARA A TUTELA DOS BENS DIGITAIS NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

<b>Daniele Chaves Teixeira, Caroline Pomjé</b> .....	39
1 Introdução.....	39
2 Pensando sobre os pilares do direito sucessório: a família e a propriedade.....	40
3 Da mudança de paradigma e da indispensável tutela sobre os bens digitais ...	43
4 Planejamento de sucessões contendo bens digitais .....	46
5 Considerações finais.....	49
Referências .....	50

## IMPREScindIBILIDADE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NA INTERPRETAÇÃO DO DIREITO SUCESSÓRIO CONTEMPORÂNEO

<b>Daniele Chaves Teixeira, Danielle Tavares Peçanha</b> .....	53
1 Introdução.....	53
2 Crise do direito das sucessões: descompasso com a sociedade contemporânea.....	53
3 A metodologia civil constitucional aplicada à lógica sucessória .....	56
4 A via principiológica como resposta à insuficiência legal e a propalada intangibilidade da legítima .....	60
5 Notas conclusivas .....	63
Referências .....	64

## QUAIS OS PARÂMETROS VIGENTES PARA A REALIZAÇÃO DAS COLAÇÕES DAS DOAÇÕES REALIZADAS EM ADIANTAMENTO DA LEGÍTIMA?

<b>Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, João Ricardo Brandão Aguirre</b> .....	67
1 Conceito, fundamento e caracterização.....	67
2 Distinção entre colação ou conferência e redução das doações inoficiosas .....	69
3 Critério de valoração do bem objeto da colação.....	71
4 Divergências em relação aos casos aos quais se aplicam as regras da nova disciplina sobre a valoração do bem trazido à colação .....	78
5 Conclusão.....	79
Referências .....	80

## BREVES NOTAS SOBRE A SUCESSÃO CONTRATUAL NO DIREITO BRASILEIRO: O INSTRUMENTO DA PARTILHA EM VIDA

<b>Marcos Ehrhardt Junior, Gustavo Henrique Baptista Andrade</b> .....	81
I Introdução.....	81
II A partilha em vida na doutrina brasileira.....	82
III Aspectos controvertidos da partilha em vida.....	87
IV Considerações finais.....	90
Referências .....	91

## DIRETO À MORTE DO CORPO VIRTUAL: (IM)POSSIBILIDADE DE UM DIREITO À SUCESSÃO DE BENS VIRTUAIS EXISTENCIAIS

<b>Joyceane Bezerra de Menezes, Patrícia K. de Deus Ciríaco</b> .....	93
Introdução.....	93
1 Sociedade da informação, corpo virtual e perfil funcional dos bens digitais....	94
2 Direito à morte do corpo virtual: (im)possibilidade de um direito à sucessão de bem digital existencial .....	98
3 Tendências legislativa(s) no Brasil.....	103
Conclusão.....	106
Referências .....	107

## GANHO DE CAPITAL NA SUCESSÃO

<b>Karin Regina Rick Rosa</b> .....	111
1 O que é ganho de capital e quais são as hipóteses de incidência .....	111
2 O inventário extrajudicial e suas implicações para o ganho de capital .....	113
3 O tratamento tributário na transferência de bens por herança ou legado e a forma de lançamento pelos herdeiros ou legatários.....	116
4 Redução do percentual para os imóveis adquiridos ou incorporados até 1969	117
5 Conclusões .....	118
6 Anexos.....	120

## MECANISMOS DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO PARA PROTEÇÃO DAS PESSOAS VULNERÁVEIS

<b>Maria Goreth Macedo Valadares, Thais Câmara Maia Fernandes Coelho</b> .....	125
1 Introdução.....	125
2 A proteção futura das pessoas vulneráveis quando da morte ou incapacidade do cuidador/responsável legal .....	126

3	O planejamento sucessório feito como forma de proteção aos vulneráveis .....	127
3.1	Tutela e curatela <i>post mortem</i> .....	128
3.2	Doação com reserva de usufruto e com encargo.....	129
3.3	O testamento como instrumento de cláusulas protetivas.....	130
3.4	Previdência privada e seguro de vida .....	132
3.5	A necessária alteração legislativa no instituto da substituição fideicomissária como mais uma forma de proteção das pessoas vulneráveis.....	135
4	Conclusão.....	136
	Referências .....	136

#### A SUCESSÃO ENTRE IRMÃOS BILATERAIS E UNILATERAIS: SUBSISTEM OS MOTIVOS PARA SEU TRATAMENTO DIFERENCIADO?

<b>Patricia Ferreira Rocha</b> .....	139
Introdução.....	139
1    Considerações iniciais sobre parentesco e seus efeitos .....	140
2    As transformações na família e na sucessão legítima desde o Código Civil de 1916 até o Código Civil de 2002.....	144
3    A sucessão entre irmãos bilaterais e unilaterais: subsistem os motivos para o seu tratamento diferenciado?.....	149
Conclusão.....	155
Referências .....	156

#### OS DESAFIOS DA REPRODUÇÃO ASSISTIDA *POST MORTEM* E O ALCANCE DO TESTAMENTO GENÉTICO: AMPLIANDO AS FORMAS DE DISPOSIÇÃO DO PRÓPRIO CORPO APÓS A MORTE

<b>Paula Moura Francesconi de Lemos Pereira, Vitor Almeida</b> .....	159
Notas introdutórias .....	159
1    Reprodução humana assistida: o silêncio legislativo e as prescrições deontológicas.....	161
2    Disposição de material genético para depois da morte: o chamado testamento genético .....	165
2.1    Os limites à implantação de embriões <i>post mortem</i> : o julgamento do REsp nº 1.918.421-SP .....	166
2.2    A autonomia reprodutiva e o alcance dos testamentos genéticos para fins de reprodução assistida <i>post mortem</i> .....	168
Considerações finais.....	172
Referências .....	173

#### PRÁTICAS COLABORATIVAS E PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO: UMA CONVERSA NECESSÁRIA

<b>Renata Vilela Multedo, Waldirene Dal Molin</b> .....	175
Introdução.....	175
1    Breve histórico das práticas colaborativas no Brasil.....	177
2    O direito colaborativo como instrumento de prevenção e resolução de conflitos .....	177



3	A potencialidade da utilização das práticas colaborativas no planejamento sucessório.....	181
	Considerações finais.....	185

#### TUTELA PÓSTUMA DE DADOS PESSOAIS E PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

	<b>Sergio Marcos Carvalho de Ávila Negri, Carolina Fiorini Ramos Giovanini.....</b>	187
1	Introdução.....	187
2	Governança de dados e ciclo de vida da informação.....	188
3	Morte digital e tutela póstuma da personalidade.....	190
4	Modelos: intransmissibilidade, herança digital e tutela póstuma de dados pessoais .....	192
5	A terceira via: autonomia privada e a tutela póstuma de dados pessoais .....	195
6	Conclusão.....	199
	Referências .....	200

#### HÁ LIMITES À VONTADE DO PLANEJADOR PARA DISPOR SOBRE A TRANSMISSÃO OU DESTRUIÇÃO DE BENS DIGITAIS HÍBRIDOS?

	<b>Francisco José Cahali, Silvia Felipe Marzagão.....</b>	203
1	Introdução: a vida virtual e seu impacto na organização da sucessão patrimonial .....	203
2	Patrimônio digital e planejamento sucessório: realidades contemporâneas indissociáveis.....	205
3	A imprescindível conceituação e categorização dos bens digitais e as implicações dessas características em sua transmissibilidade .....	206
4	Limites à vontade do planejador ao dispor de bens digitais híbridos.....	211
5	Considerações finais.....	215
	Referências .....	216

#### A EXTRAJUDICIALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO

	<b>Virgínia Viana Arrais .....</b>	219
1	Uma visão geral da Lei nº 11.441/2007 .....	219
1.1	Escritura pública de inventário.....	220
1.2	A visão do Superior Tribunal de Justiça .....	222
1.3	Peculiaridades da escritura pública de inventário.....	224
	Referências .....	234

### PARTE II MOMENTOS PATOLÓGICOS

#### PREVIDÊNCIA PRIVADA COMO FORMA DE BURLA DA LEGÍTIMA

	<b>Ana Paula de Oliveira Antunes .....</b>	239
	Envelhecimento e proteção da pessoa idosa.....	239
	Relevância do tema e caso ilustrativo.....	240
	Curatela e a proteção das questões existenciais .....	243
	Previdência privada: uma forma de burlar a legítima? .....	245

## PACTA CORVINA E A IMPOSSIBILIDADE DE RENÚNCIA DA HERANÇA EM PACTO ANTENUPCIAL OU CONTRATO DE CONVIVÊNCIA

<b>Conrado Paulino da Rosa, Fernanda Rosa Coelho</b> .....	251
1 Considerações iniciais: limites ao planejamento sucessório no ordenamento jurídico brasileiro .....	251
2 Fundamentos para a vedação ao pacto sucessório ( <i>pacta corvina</i> ) .....	252
3 Renúncia da herança em pacto antenupcial ou contrato de convivência: uma possibilidade? .....	256
4 À guisa de reflexão: revisão das restrições legais aos direitos sucessórios .....	265
Referências .....	266

## PLANEJAMENTO E PACTOS SUCESSÓRIOS

<b>Daniel Bucar</b> .....	269
1 Nota introdutória .....	269
2 Pactos sucessórios: uma proibição, três fundamentações .....	270
3 Autonomia privada e direito das sucessões: uma análise funcional do “interdito aos pactos” .....	272
4 O planejamento sucessório na instrumentalização dos pactos: entre o negócio direto e indireto .....	278
4.1 Utilização de pactos para o fim de planejamento sucessório horizontal .....	279
4.2 Dificuldades na utilização de pactos para o fim de planejamento sucessório vertical .....	281
5 Conclusão .....	282
Referências .....	284

## COLAÇÃO E AS CONSEQUÊNCIAS DA NÃO CONFERÊNCIA PARA O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

<b>Leandro Reinaldo da Cunha</b> .....	287
Introdução .....	287
1 Colação .....	288
1.1 Herdeiros necessários e o dever de colacionar .....	289
1.2 Doações indiretas e o dever de colacionar .....	291
1.3 Dispensa do dever de colacionar .....	292
2 Consequências do não colacionar .....	293
2.1 Da pena de sonegados .....	293
2.2 Não colacionar e o lucro da intervenção .....	294
2.3 Responsabilidade civil ante a ignorância do dever de colacionar .....	295
Conclusão .....	296
Referências .....	297

## FRAUDE NA PARTILHA DE BENS

<b>Viviane Girardi, Maici Barboza dos Santos Colombo</b> .....	301
1 A fraude no fenômeno jurídico .....	301
2 Fraudes no direito sucessório: fraude à legítima e fraude à partilha de bens ...	303
3 Esquemas fraudatórios frequentes no direito sucessório: planos de previdência privada aberta e disfuncionalização da pessoa jurídica .....	304
4 Remédios repressivos .....	307

4.1	Autonomia patrimonial e desconsideração da personalidade jurídica .....	307
4.2	O dever de colação e a pena de sonegados .....	310
4.3	A invalidação da partilha .....	312
5	Conclusão .....	315
	Referências .....	317

### PARTE III INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

#### PLANEJAMENTO PATRIMONIAL E A AUTONOMIA PARA CONTRATAÇÃO DE PACTOS INTRAFAMILIARES

<b>Ana Carolina Brochado Teixeira, Alexandre Miranda Oliveira</b> .....	321
1 Introdução .....	321
2 Planejamento patrimonial e sucessório .....	322
3 Expansão da autonomia patrimonial durante o casamento? .....	323
4 Possíveis ampliações dos espaços de autonomia intrafamiliar? .....	326
5 Conclusão .....	331
Referências .....	331

#### AS DOAÇÕES REMUNERATÓRIAS NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

<b>Ana Luiza Maia Nevares</b> .....	333
1 Notas iniciais: desigualdade de gêneros e tutela do cuidado .....	333
2 Doações remuneratórias: conceito .....	335
3 As doações remuneratórias como instrumento do planejamento sucessório ...	339
4 Conclusão .....	343
Referências .....	343

#### A FUGA DO TESTAMENTO

<b>Anderson Schreiber, Felipe Ribas</b> .....	345
1 O testamento: suas limitações e desincentivos .....	345
2 O custo tributário da transmissão <i>causa mortis</i> .....	347
3 Planejamento sucessório e instrumentos “alternativos” ao testamento: seguros de vida, planos de previdência e <i>trust</i> .....	349
4 Além do planejamento sucessório: instrumentos de efetiva antecipação da distribuição patrimonial como doação, compra e venda e constituição de <i>holding</i> familiar .....	353
5 Conclusão .....	356
Referências .....	357

#### A POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DOS REGIMES DE BENS DO CASAMENTO POR MEIO DE PACTO PÓS-NUPCIAL – ALTERNATIVAS À ATUAL FORMA DE ALTERAÇÃO DE REGIME DE BENS DO CASAMENTO

<b>Carolina Ducci Maia Barcelos</b> .....	361
1 Introdução .....	361
2 Os regimes de bens e o pacto antenupcial .....	362

3	A atual forma de alteração do regime de bens prevista no §2º do art. 1.639 do Código Civil.....	363
3.1	Os requisitos e as formalidades da alteração do regime de bens .....	364
3.1.1	A consensualidade do pedido .....	364
3.1.2	A motivação necessária.....	364
3.1.3	O não prejuízo aos direitos de terceiros .....	366
3.1.4	A forma judicial .....	366
4	Desjudicialização. Tendências: soluções pela via extrajudicial quando não há conflitos.....	369
4.1	A alteração extrajudicial como alternativa, mantendo a via judicial .....	376
4.1.1	Termo inicial e os efeitos da alteração .....	378
4.1.2	O direito de terceiros.....	379
5	Conclusões.....	380
	Referências .....	382

#### DA NÃO INCIDÊNCIA DO ITCMD NA TRANSMISSÃO DAS RESERVAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA PGBL E VGBL

	<b>Cláudio Tessari, Marcelo Coletto Pohlmann, Camila Bandel N. Pinheiro.....</b>	<b>385</b>
1	Introdução e delimitação do tema.....	385
2	Da natureza jurídica securitária das reservas de previdência privada nas modalidades PGBL e VGBL .....	386
3	Da análise do conteúdo de decisões judiciais proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça e pelos tribunais estaduais em relação à natureza jurídica securitária das reservas de previdência privada PGBL e VGBL.....	390
4	Da análise do conteúdo de decisões judiciais proferidas pelos tribunais de justiça dos estados que julgaram inconstitucionais as legislações estaduais, na parte em que buscaram tributar as reservas de previdência privada pelo ITCMD e, ainda, da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal .....	396
5	Da análise do conteúdo da proposta de reforma tributária encaminhada pelo estado do Rio Grande do Sul, no que concerne à incidência do ITCMD sobre as reservas de previdência privada PGBL e VGBL.....	400
6	Conclusões.....	403
	Referências.....	404

#### POSSE: DA AUTONOMIA AO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

	<b>Daniela de Carvalho Mucilo .....</b>	<b>407</b>
I	Notas introdutórias .....	407
II	O contexto atual da posse no Brasil .....	408
III	Efeitos da posse na sucessão .....	411
IV	A partilha da posse como forma de minimizar a vulnerabilidade do possuidor .....	414
V	Considerações finais.....	419
	Referências.....	419

#### CODICILOS E PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO: LIMITES E POSSIBILIDADES

	<b>Daniele Chaves Teixeira, Caroline Pomjé.....</b>	<b>421</b>
1	Considerações introdutórias .....	421

2	O codicilo na teoria.....	422
3	O codicilo perante os tribunais de justiça brasileiros.....	424
3.1	Desenho metodológico.....	425
3.2	Limites e possibilidades envolvendo os codicilos.....	425
4	Considerações finais.....	431
	Referências.....	431

## DOAÇÃO E DESAFIOS DO ADIANTAMENTO DE HERANÇA: CUIDADOS NECESSÁRIOS PARA O PLANEJAMENTO

<b>Felipe Quintella Machado de Carvalho</b> .....	433	
1	Considerações iniciais.....	433
2	O que quer dizer, exatamente, adiantamento de herança?.....	434
3	Em que casos o contrato de doação gera o efeito de adiantamento de herança?.....	434
4	Como distinguir o adiantamento de legítima do adiantamento de parte disponível?.....	436
4.1	Quando ocorre adiantamento de legítima?.....	436
4.2	Quando ocorre adiantamento de parte disponível?.....	437
5	Qual a disciplina jurídica do adiantamento de legítima?.....	437
5.1	Obrigatoriedade da colação.....	437
5.2	Modos de se proceder à colação.....	438
5.3	Observações sobre as regras vigentes e sobre a colação em substância.....	442
6	Qual a disciplina jurídica do adiantamento de parte disponível?.....	444
6.1	Excesso no adiantamento de parte disponível e doação inoficiosa.....	444
6.2	Redução do excesso nulo.....	446
7	Considerações finais.....	448
	Referências.....	449

## PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO: GESTÃO, FRUIÇÃO E PARTILHA DE FRUTOS DA HERANÇA

<b>Gabriel Honorato, Raphael Arnaud</b> .....	451	
1	Notas introdutórias.....	451
2	Bens reciprocamente considerados: um sucinto retorno à teoria geral para melhor compreensão da classe patrimonial dos frutos.....	452
3	A quem cabe os frutos dos bens de herança?.....	453
4	A influência do planejamento sucessório na transmissão de bens e de frutos..	456
5	Notas conclusivas.....	459
	Referências.....	460

## A GOVERNANÇA CORPORATIVA E A VALIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA AS EMPRESAS FAMILIARES

<b>Lais Machado Lucas, Fernanda Borghetti Cantali</b> .....	461	
1	Introdução.....	461
2	Das dores e das delícias das empresas familiares.....	462
3	Aspectos gerais da governança corporativa.....	466
3.1	A origem da governança corporativa.....	466

3.2	O desenvolvimento da governança corporativa no Brasil.....	468
4	O protagonismo do conselho de administração em um modelo de governança corporativa .....	471
4.1	A valia do conselho de administração para as empresas familiares.....	474
5	Conclusões .....	475
	Referências .....	476

## PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: UM RESGATE À NATUREZA JURÍDICA E SEUS EFEITOS DIANTE DO ÓBITO DO PARTICIPANTE

**Luana Maniero Moreira, Patricia Bressan Linhares Gaudenzi, Marcio Alban**

<b>Salustino</b> .....	479	
1	Introdução.....	479
2	O instituto da previdência complementar no Brasil.....	480
3	Patrimônio, bens e direitos passíveis de sucessão .....	482
4	Da natureza jurídica da reserva previdenciária – Direito adquirido <i>versus</i> expectativa de direito .....	484
5	Sucessão e ITCMD .....	488
6	A insegurança jurídica em torno da previdência complementar .....	489
7	Conclusão.....	491
	Referências .....	492

## NOTAS SOBRE O TESTAMENTO PARTICULAR

<b>Luciana Mota</b> .....	495
Introdução.....	495
Mitigação de regras formais como meio de preservação da vontade do testador.....	496
Testamento hológrafo emergencial simplificado .....	501
Conclusão.....	506
Referências .....	507

## O TRUST E SUAS POTENCIALIDADES NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

<b>Luciana Pedrosa Xavier</b> .....	509	
1	Introdução.....	509
2	A gênese e o desenvolvimento do <i>trust</i> .....	510
3	O <i>trust</i> como instituto global: a Convenção da Haia sobre a Lei Aplicável ao <i>trust</i> e ao seu Reconhecimento.....	512
4	<i>Trust</i> : o direito brasileiro em busca de um conceito .....	515
5	O <i>trust</i> e suas potencialidades como instrumento no planejamento sucessório .....	519
6	Considerações finais.....	523
	Referências .....	523

## DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E TESTAMENTO: INTERPRETAÇÃO TESTAMENTÁRIA E CLÁUSULAS CONDICIONAIS. BREVES NOTAS

<b>Luiz Paulo Vieira de Carvalho</b> .....	527	
1	Introdução.....	527
2	Interpretação testamentária.....	529
3	Das disposições testamentárias em geral .....	532

3.1	Disposições testamentárias puras e simples .....	533
3.2	Disposições condicionais <i>inter vivos</i> e <i>causa mortis</i> .....	534
3.3	Condições suspensivas e condições resolutivas .....	536
3.4	Condições positivas e negativas .....	542
3.5	Condições lícitas e condições ilícitas .....	543
3.6	Condições quanto à fonte ou causas .....	545
4	Considerações finais .....	550
	Referências .....	552

## CONCUBINATO E UNIÕES PARALELAS: BREVES ANOTAÇÕES AOS JULGAMENTOS DOS TEMAS N<sup>OS</sup> 529 E 526 DO STF

<b>Maria Rita de Holanda</b> .....	553
1 Introdução .....	553
2 Teses de repercussão dos temas n <sup>os</sup> 529 e 526 do STF .....	554
3 Planejamento sucessório antes e depois dos julgamentos .....	557
4 Decisões posteriores à repercussão dos temas .....	560
5 Notas conclusivas .....	561
Referências .....	562

## O CONTRATO DE NAMORO COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

<b>Marília Pedroso Xavier</b> .....	565
1 Introdução .....	565
2 O contrato de namoro: do vilanismo ao protagonismo .....	566
2.1 O contrato de namoro é um aborto jurídico? .....	566
2.2 Uma nova perspectiva: contrato de namoro – Amor líquido e direito de família mínimo .....	570
3 O contrato de namoro como instrumento de planejamento sucessório .....	572
4 Conclusões .....	575
Referências .....	576

## O FIDEICOMISSO COMO INSTRUMENTO DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

<b>Mário Luiz Delgado</b> .....	579
1 Notas introdutórias: as substituições testamentárias .....	579
2 A substituição fideicomissária .....	582
2.1 A limitação do fideicomisso pelo CC/2002 .....	584
2.2 Distinções entre fideicomisso e deixa direta ao concepturo e a inexistência de prazo certo para que seja concebido o fideicomissário .....	587
2.3 Distinções entre fideicomisso e usufruto .....	590
3 Novos horizontes para o fideicomisso .....	591
3.1 Direito projetado .....	591
3.2 Fideicomisso contratual .....	593
3.3 Fideicomisso como alternativa ao <i>trust</i> anglo-americano .....	598
4 Conclusões .....	599

## TESTAMENTO DIGITAL: O PROVIMENTO Nº 100/2020 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – A NOVA ERA TECNOLÓGICA NOS TABELIONATOS BRASILEIROS

<b>Rita Bervig Rocha</b> .....	601
1 O Provimento nº 100/2020/CNJ: nasce a era digital nos tabelionatos brasileiros.....	601
1.1 Da validade e eficácia dos atos digitais pelo e-Notariado.....	603
2 Testamento: aspectos gerais.....	606
2.1 Testamento público.....	607
2.2 Testamento digital.....	609
Referências.....	611

## USUFRUTO DE QUOTAS: DESAFIOS E PECULIARIDADES

<b>Roberta Mauro Medina Maia</b> .....	613
Notas introdutórias.....	613
1 Usufruto: conceito e características.....	614
2 Sociedades limitadas e quota social.....	618
3 Usufruto de quotas: percalços e perspectivas.....	622
Conclusão.....	627
Referências.....	628

## PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E EMPRESA: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

<b>Simone Tassinari Cardoso Fleischmann, Fernando René Graeff</b> .....	629
1 Introdução.....	629
2 A complexidade da partilha causa mortis de participações societárias.....	630
2.1 Destinação das quotas em caso de falecimento de sócio.....	632
2.2 Distinção entre condição de herdeiro/meeiro e condição de quotista/acionista.....	633
2.3 Possibilidade de ingresso ou não dos herdeiros na sociedade.....	634
2.4 Não recebimento de quotas pelos herdeiros: direito ao recebimento de haveres.....	636
2.5 Recebimento de quotas/ações pelos herdeiros.....	639
2.6 Legitimidade para pedir contas.....	640
2.7 Representação da participação societária do sócio falecido.....	640
2.8 Administração da sociedade.....	643
2.9 Procedimento para a transferência das participações.....	644
2.10 Participações doadas aos herdeiros.....	646
3 Importância e instrumentos de planejamento sucessório para famílias empresárias.....	647
3.1 Elaboração de atos constitutivos com previsões específicas e claras para o caso de falecimento de sócio.....	647
3.2 Pactos parassociais.....	650
3.3 Mandato.....	651
3.4 Testamento.....	652
3.5 Transmissão de participação societária em vida.....	653
3.6 Cláusulas restritivas.....	655
3.7 <i> Holding</i> .....	656



3.8	Estipulação de regime de bens distinto.....	658
4	Aspectos práticos na elaboração de planejamento sucessório envolvendo participações societárias .....	658
5	Conclusões .....	660
	Referências .....	661
SOBRE OS AUTORES.....		663